

A nano-mini-micro contabilidade: odisseia XXI

A profissão corre sérios riscos caso a UE avance com a ideia de isentar de contabilidade as microentidades. É necessário parar para pensar e, sobretudo, reestruturar.

Por António Bóia*

Artigo recebido
em março de 2011



Entendo ser oportuno abordar o nosso futuro profissional e promover a consciencialização dentro da Ordem para a importância de se aprofundar a temática da microcontabilidade.

O Conselho Diretivo tem estado atento e desempenhado, em consonância, um papel crucial na defesa dos nossos interesses, sobretudo em situações com que recentemente fomos confrontados. Mas, também nós, técnicos oficiais (seremos mesmo?) de contas enquanto membros individualizados, devemos iniciar uma caminhada importante acautelando o futuro próximo e promovendo as nossas obrigações de zelar pelo fim comum que é a importância da contabilidade organizada nas instituições.

Na União Europeia antevê-se nesta

matéria o estabelecimento firme de conversão de recomendações comunitárias em diretrizes que nos colocarão numa situação muito difícil.

Empregos em risco

Hoje, ao termos conhecimento destas ameaças (porque o são de facto!) devemos organizarmo-nos e preparamos planos de reestruturação interna para essas contingências. O fim da exigência da contabilidade organizada nas microentidades colocaria seguramente centenas de milhar de empregos em risco. Vindo o mesmo como uma obrigação emanada pela UE em nada se poderá obstar e as suas consequências mais imediatas resultariam em aparecimento de desemprego elevadíssimo numa faixa muito importante da nossa sociedade e que, de todo, não deve ser menosprezada.

Perante esta realidade, os despedimentos massivos resultarão, então, em pessoas de classe média, sobretudo mulheres, colaboradoras administrativas e, porque pertencentes a uma atividade profissional

administrativa, constituem provavelmente o elo mais importante no acompanhamento dos filhos no dia-a-dia escolar e da gestão do ambiente residencial familiar. Esta poderá tornar-se uma realidade socialmente crítica porque estou seguro tratar-se da tendência da amostra aplicável.

Os empresários portugueses, esmagadoramente pertencentes à dimensão empresarial em causa, não hesitarão em abdicar dos nossos serviços mais significativos e, apesar de ainda terem que recorrer aos nossos préstimos para determinação de IVA e IRS, por exemplo, trocarão a informação de gestão – vital para o negócio e para o crescimento do país – pela tesouraria de curto prazo. As consequências financeiras expostas, para nós, serão ruinosas e o país já sem rumo seguirá à mercê de hipóteses em vez de estatísticas reais.

Urge, como tal, organizarmo-nos e aprofundarmos o assunto. Encontrar planos de reconversão e reorganização.

Leopoldo Alves admite a eventual revogação da norma das microentidades porque a realidade vai demonstrar que não cumpre os objetivos propostos.

va. Findo o processo legislativo, o orador considera que o resultado é positivo: o caminho seguido foi de simplificação (e não de isenção), concretizou-se o conceito de microentidade e dispensou-se estas entidades de alguns anexos da IES. De seguida, Carlos Lobo sublinhou que não está em causa a simplificação – objetivo sempre louvável – mas a garantia de que os objetivos e coerência do sistema jurídico não são postos em causa. Quanto à metodologia utilizada, o orador considerou que deveriam ser os utilizadores a propor alterações e não entidades externas. Em resultado deste facto, a opção legislativa não atendeu à necessária coerência do SNC, nomeadamente a construção vertical das várias normas. Ou seja, a norma das microentidades por força dos diplomas que enquadraram a sua construção, é dotada de total autonomia face às restantes normas, o que coloca graves problemas na interpretação e integração de lacunas. Neste caso, podemos aplicar supletivamente às restantes normas? Por exemplo, podemos aplicar supletivamente a norma dos ativos biológicos a uma microentidade?

Ora, a descontextualização da norma face ao SNC vai criar dificuldades na sua aplicação. Este impacto é também visível na relação entre a contabilidade e a fiscalidade: o Código do IRC não reconhece a

existência do regime das microentidades. Poderá o legislador fiscal criar um regime de “contabilidade fiscal”? Desta opção legislativa poderá resultar uma distorção na relação entre estas duas ciências. Na conclusão, o orador apelou à harmonização destas regras, integrando a norma das microentidades no SNC.

No encerramento do painel, Manuel Faustino sublinhou as duas ideias fundamentais do debate: simplificação e, em obediência aos princípios de segurança e certeza jurídicas, a integração da norma das microentidades no SNC para que se evitem interpretações discricionárias do CIRC.

O processo normalizador

No segundo painel, os oradores Leopoldo Alves e Isabel Castelhão Silva apresentaram uma descrição história do processo de construção da norma das microentidades, bem como do processo de revisão da IV Diretiva.

Na sua intervenção, Isabel Castelhão Silva, descreveu o enquadramento legal que fundamentou a aprovação pela Comissão de Normalização Contabilística da norma das microentidades (Aviso n.º 6723-A/2001, de 14 de março e Portarias números 104/20011 e 107/2011, ambas de 14 de março). Durante os meses de agosto e setembro de 2010, são publicados dois diplomas

que alteram substancialmente o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo governo. Em primeiro lugar, a Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, alterou os limites de aplicação da norma contabilística e de relato financeiro aplicável às pequenas entidades; em simultâneo, a Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, define o conceito de microentidades e cria um «regime especial simplificado» a regulamentar pelo governo.

Estas alterações legislativas são fortemente influenciadas pelo contexto comunitário de redução da carga administrativa das empresas que levou à apresentação da proposta de isenção de contabilidade para as pequenas entidades que se fundamenta na ideia de que as regras contabilísticas não refletem as necessidades das pequenas empresas e que estamos perante um custo relevante. Na qualidade de representante no grupo de trabalho que prepara a revisão da IV Diretiva, a oradora sublinhou que a proposta de isenção da contabilidade para as pequenas entidades foi vetada por uma minoria de bloqueio. Atualmente, está em discussão a proposta de cada país poder isentar os seus nacionais de algumas das obrigações (por exemplo, a publicação de contas) e a dispensa de aplicação do justo valor.

No final da intervenção, a oradora sublinhou as principais características do regime das microentidades; autonomia face ao SNC; não sujeição ao regime as entidades sujeitas a certificação legal de contas ou consolidação; simplificação dos códigos de contas e demonstrações financeiras; eliminação do recurso à restantes normas; retirados os parágrafos das divulgações; não há referência ao justo valor; não se